

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº 654

De 25 de maio a 08 de junho de 2023.

Ano 23

R\$2



(11) 9.4101-1917



PSTU Nacional



www.pstu.org.br



@pstu



Portal do PSTU



@pstu_oficial



ARCABOUÇO FISCAL TIRA DOS POBRES PARA DAR MAIS AOS BANQUEIROS

Arcabouço Fiscal de Lula e Lira votado no Congresso é feito para pagar dívida aos banqueiros às custas de cortes nas áreas sociais, aposentadorias e ataques a direitos.

Páginas 8 e 9

PETROBRAS

Fim do PPI precisa vir com reversão de privatizações e Petrobras 100% estatal **Páginas 6 e 7**

NÃO ESTAMOS A VENDA

BR PETROBRAS

VINICIUS JR

Fogo nos racistas!

Página 16



CHARGE



“Cadê os defensores da causa animal que não defendem o macaco?”



Senador bolsonarista Magno Malta, ao comentar racismo contra Vini Jr. Ele ainda afirmou que se fosse um jogador negro, entraria em campo com uma leitoa branca. “Dava um beijo nela e falava ‘olha como não tenho nada contra branco. Eu ainda como’”.



PRÓXIMO LANÇAMENTO

“O texto das teses resgata a compreensão marxista sobre a questão das opressões e sua relação com a relação de exploração, isto é, entre as classes sociais, relação fundamental na qual se assenta esse sistema de exploração e opressão, o sistema capitalista.”

EDITORA **sundermann**

www.editorasundermann.com.br

BRASIL RURALISTA

Nova ofensiva do latifúndio contra os povos indígenas no Congresso

Com a anuência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), os deputados federais Fábio Garcia (União-MT) e Zé Trovão (PL-SC) conseguiram 262 assinaturas para pautar um requerimento de urgência para o projeto de lei do marco temporal. Trata-se de mais uma ofensiva da banca ruralista contra os direitos constitucionais dos povos indígenas. A proposta estabelece a Constituição de 1988 como marco para a demarcação de terras indígenas no Brasil. Ou seja, áreas ocupadas depois disso não



poderiam ser destinadas ao uso exclusivos dos povos originários. Caso seja aprovado, o requerimento de urgência leva o PL

490/2007 direto para o plenário da Câmara, suprimindo a tramitação nas comissões temáticas já na mesma sessão.

PRISÃO

Major da PM estimulou intentona golpista

A Polícia Federal prendeu o major Flávio Silvestre de Alencar, responsável pelo comando do batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), que fazia a segurança da Esplanada dos Ministérios no dia 8 de janeiro. Em mensagens encontradas no celular do major Alencar de antes dos ataques 8 de Janeiro, ele afirma que, se houvesse manifestações na região da Esplanada, a PMDF deveria liberar. Segundo uma das conversas, de 20 de dezembro, “na primeira manifestação, é só deixar invadir o Congresso”. As mensagens



foram encontradas também no celular do tenente Ra-

fael Pereira Martins, preso em fevereiro.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Arcabouço fiscal não deixa pobre entrar no orçamento para pagar dívida a banqueiro

Lula cansou de repetir que iria “colocar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda”. Também falou que acabaria com o teto de gastos do Temer. Chegando nos primeiros seis meses de mandato, o pobre não só continua fora do orçamento, como vai sentir sua situação piorar ainda mais com a aprovação do novo arcabouço fiscal construído pelo governo, que nada mais é que um teto de gastos 2.0.

Os capitalistas não só não estão no Imposto de Renda, como vão continuar enchendo os bolsos. O arcabouço privilegia os magnatas, os realmente super-ricos, os banqueiros que levam, através da mal chamada dívida pública, mais de 46% do Orçamento federal, como denuncia a Auditoria Cidadã da Dívida.

Para continuar garantindo quase metade do orçamento aos banqueiros, faça chuva, faça sol, vai impor um duro regime de austeridade nas contas públicas que, na prática, vai deixar saúde, educação, moradia, todas as políticas públicas e sociais e até o salário mínimo à míngua. Esse projeto simplesmente define toda a política econômica do governo, ao menos, pelos próximos quatro anos.

Juntamente com isso tivemos o anúncio do suposto fim do PPI (Preço de Paridade de Importação) na Petrobras, seguido de uma tímida redução nos preços do combustível e do gás de cozinha. A redução dos preços foi muito pequena e, inclusive, tem a ver com o fato de que os preços aqui já estavam muito acima do que era praticado lá fora. A redução poderia ser muito maior se a Petrobras fosse retirada das mãos do pequeno punhado de acionistas estrangeiros, que recebem bilhões em dividendos (o lucro repartido) que vêm justamente dos altos preços que paga-



mos aqui. Enquanto a Petrobras continuar servindo para transferir nossas riquezas para essa gente, vamos continuar pagando muito por combustível e pelo gás.

ABAIXO O ARCABOUÇO FISCAL. QUEREMOS ARCABOUÇO SOCIAL

As necessidades dos trabalhadores são o exato contrário do que o governo Lula vem fazendo. Hoje é o governo quem mais ajuda a direita no Brasil, afinal, faz acordos com Lira, centrão e bolsonaristas, muitos inclusive apoiam e elogiam o arcabouço.

A classe trabalhadora não precisa de mais um teto de gastos para manter esse mecanismo de roubo e transferência de riquezas aos banqueiros que é a mal chamada dívida pública. Nem da entrega de nossas riquezas através da desnacionalização das estatais.

O Brasil está sendo pilhado e entregue a acionistas estrangeiros e banqueiros. A classe

trabalhadora produz todas as riquezas deste país e é quem de fato paga imposto, e paga ainda o imposto do patrão, quando ele não sonega. O governo, porém, estuda uma reforma tributária que, mais uma vez, vai incidir sobre o consumo, taxando ainda mais os trabalhadores e deixando os bilionários isentos.

O que a classe trabalhadora quer e precisa é a revogação da reforma trabalhista, isso significa emprego com carteira e direitos. E a revogação da reforma da Previdência, que foi um grande ataque às aposentadorias.

Defendemos um plano dos trabalhadores, um arcabouço social, e não um plano dos banqueiros, como esse apresentado pelo governo e aprovado no Congresso. O fim desse arcabouço fiscal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é irresponsabilidade social a favor dos banqueiros. Nós queremos a duplicação do salário mínimo, rumo ao mínimo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeco-

nômicos (Dieese), a redução e o congelamento dos preços dos alimentos, dos combustíveis e do gás de cozinha. Um plano de obras públicas e também reduzir a jornada de trabalho sem reduzir o salário para acabar com o desemprego.

PLANO DOS TRABALHADORES: SUSPENDER PAGAMENTO DA DÍVIDA A BANQUEIROS

Precisamos suspender o pagamento da dívida aos banqueiros, atacar os lucros e propriedades dos bilionários e super-ricos, confiscando os dividendos bilionários e proibindo as remessas de lucros. É necessário acabar com a “independência” do Banco Central. Assim como defender o fim da política da privatização, reestatizando as empresas entregues e retomando a Petrobras, nacionalizando a empresa e colocando-a sob controle dos trabalhadores. É necessário atacar o agronegócio, impondo a redução e o congelamento dos preços dos alimentos.

Só suspendendo a dívida aos banqueiros, acabando com a remessa de lucros e retomando as empresas entregues podemos ter pleno emprego, saúde e educação pública de qualidade, alimentos a baixo preço e soberania. É necessário outra lógica, distinta da do governo que continua trabalhando para a Faria Lima e os bilionários capitalistas.

FORTALECER UM CAMPO DA CLASSE, CONSTRUINDO A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA AO GOVERNO E À ULTRADIREITA

Esse governo atua junto e para os banqueiros, os bilionários e o agronegócio. Por isso, dizemos que não se pode ter nenhuma confiança nesse governo. É um escândalo que a CUT afirme que o arcabouço original de Haddad interessa aos trabalhadores, quando o próprio ministro acordou a versão final do projeto.

É necessário, como defende a CSP-Conlutas, organizar e pôr nas ruas uma grande mobilização dos trabalhadores contra esses ataques e pelas reivindicações da classe, e isso, inevitavelmente, bate de frente com o governo. Não é possível achar que um governo que tente impor esse teto de gastos é um governo da classe trabalhadora. Aqueles que se dizem de esquerda devem romper com o governo.

Precisamos organizar a classe trabalhadora, construindo um campo de classe para lutar por nossas reivindicações, construindo também uma oposição de esquerda ao governo e à ultradireita. Defendemos uma alternativa revolucionária e socialista que aponte a necessidade de um governo socialista dos trabalhadores e uma outra sociedade, sem exploração e opressão.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4389GGG](https://bit.ly/4389GGG)

GREVES

Trabalhadores da educação estão em greve no Amazonas, Distrito Federal e Rio de Janeiro

**ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)**

Trabalhadores da educação da rede estadual do Amazonas, Distrito Federal e Rio de Janeiro estão em greve pelo pagamento do piso do magistério, por melhores condições de trabalho e em defesa da educação pública.



Greve no DF

DISTRITO FEDERAL

Na capital federal, a greve dos trabalhadores em educação teve início no dia 4 de maio. A categoria passou por cima da direção do sindicato cutista, o Sinpro, que estava contrária à greve e fez de tudo para impedir o movimento.

A categoria não aguenta mais os ataques do governo de Ibaneis Rocha (MDB) à educação. São salas de aula lotadas, turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sendo fechadas, condições de estrutura precárias, falta de material pedagógico, de equipes de apoio à aprendizagem e de salas de recurso.

E os salários seguem arroxados, abaixo do piso nacional do magistério. São oito anos sem reajuste salarial e mais de 30% de perdas inflacionárias. O governo apresentou uma proposta irrisória de incorporação de uma gratificação ao salário dos servidores, dividindo o pagamento em seis parce-

las, a serem pagas em 2024, o que não foi aceito.

“O governo alega que não há verbas para atender as reivindicações dos professores. Isso é mentira. Teve aumento de arrecadação própria nos últimos quatro anos, o fundo constitucional repassado pelo governo federal também aumentou, e os recursos do Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para o Distrito Federal quase dobraram de 2022 para 2023, saindo de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 5,63 bilhões este ano”, diz Robson da Silva, professor e militante do PSTU.

“Ibaneis não atende a pauta da categoria porque não quer. É inimigo dos trabalhadores e da educação pública. A greve continua muito forte, com grande adesão dos temporários, por isso, o governo foi obrigado a apresentar uma proposta. Neste momento, precisamos fortalecer a greve para enfrentar, inclusive, o arcabouço fiscal de Haddad e Lula, que vai afetar as verbas para a educação e também pode restringir as verbas do fundo constitucional para o Distrito Federal, prejudicando ainda mais os serviços públicos e a possibilidade de recomposição das nossas perdas salariais”, finaliza Robson da Silva.



Greve no Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

A greve começou com força no dia 17 de maio. A categoria reivindica a implementação do piso nacional do magistério para os docentes e o piso dos funcionários administrativos tendo como referência o salário mínimo nacional; a revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e a convocação de concursados para o magistério dos concursos de 2013 e 2014 e de inspetores de alunos do concurso de 2013; além da abertura de novos concursos para suprir a carência de profissionais nas escolas e para a contratação de assistentes sociais e psicólogos, como resposta ao aumento da violência escolar.

“O governador Cláudio Castro não cumpre a Lei do Piso e apresentou uma proposta enganosa nas negociações, o que revoltou a categoria. O projeto de lei apresentado pelo governo não incorpora o piso a todas as carreiras. O governo propõe reajustar apenas os salários que estão abaixo do piso. Com isso, quem ganha acima do piso não receberá nenhum reajuste. Apenas 33% dos aposentados e 42% da ativa receberiam o reajuste. Na prática, transforma o piso em teto, num forte ataque ao plano de carreira dos professores”, denuncia Samantha Guedes, coordenadora do Sindicato Estadual

dos Professores de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe) e militante do PSTU.

“O Rio de Janeiro paga o pior salário do Brasil para os educadores da rede estadual. Enquanto o piso nacional é de R\$ 4.420,00, o professor de uma escola estadual no Rio tem um piso de R\$ 1.588,00. Os funcionários administrativos, em sua maioria, recebem R\$ 802,00, um piso menor que o salário mínimo, que não compra sequer uma cesta básica”, resalta Florinda Lombardi, diretora do Sepe – Núcleo de Duque de Caxias e militante do PSTU.

A greve segue forte, apesar das medidas antissindicalistas adotadas pelo governo, com a divulgação de documentos oficiais e não oficiais, além de ameaças verbais das chefias contra os educadores, ameaças de demissões, entre outras.

AMAZONAS



Greve no Amazonas

A greve por tempo indeterminado também teve início no dia 17 de maio. A categoria amarga quatro anos com defasagem salarial, o não pagamento das progressões por tempo de serviço desde 2012 e das progressões por titulação desde 2018.

“A categoria reivindica o pagamento da data-base dos anos 2022 e 2023, o reajuste da defasagem salarial na ordem de 25% e os retroativos dos anos 2020 e 2021 e plano de saúde para os profissionais já aposentados”, pontua o professor Eudes Lopes, militante do PSTU e integrante do Comando de Greve.

No dia 18, aconteceu uma negociação com o governo que terminou sem acordo; os professores decidiram manter a greve.

“O governo de Wilson Lima (União Brasil) nega-se atender a nossa pauta. É um governo marcado pelo autoritarismo, pela grosseria, pelo desrespeito às entidades sindicais. É um governo surdo, que vira as costas para os trabalhadores, mas totalmente servil aos ricos deste estado”, afirma Eudes Lopes.

O governador não negocia, contudo, busca atacar o movimento com a ajuda da Justiça. O desembargador Domingos Chalub determinou a suspensão da greve, sob pena de multa ao sindicato, em uma prática arbitrária e antissindical. Mas a greve continua!

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3OGVCJ1](https://bit.ly/3OGVCJ1)

BANDIDOS NÃO SÃO HERÓIS

CPI do agronegócio busca criminalizar movimentos sociais

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

No dia 17 de maio, a bancada ruralista conseguiu instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essa CPI será liderada por Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente no governo de Jair Bolsonaro, que foi designado como relator. O deputado Coronel Zucco (Republicanos-RS) foi eleito presidente do colegiado. A votação para a escolha de Salles como relator ocorreu de forma secreta.

O objetivo da CPI é evidente: criminalizar o MST e todos os movimentos que lutam pelo acesso à terra no país, incluindo movimentos indígenas, quilombolas e camponeses posseiros, bem como todos aqueles que lutam pela reforma agrária. Mas não para por aí. Também busca criminalizar movimentos sociais urbanos, começando pelos que lutam por moradia. O próprio Ricardo Salles admitiu isso

em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, afirmando que a CPI poderá ampliar sua atuação para investigar também a ocupação de propriedades urbanas, não descartando mirar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

É necessário defender o MST e a luta pela reforma agrária contra os ataques dos ruralistas e as ocupações de terras, que são instrumentos legítimos de pressão por reforma agrária. De fato, o pouco que foi feito em relação à reforma agrária no país e os assentamentos existentes foram conquistados por meio dessa forma de luta.

Defender o MST é lutar contra qualquer criminalização das legítimas lutas sociais no país. Se hoje os ruralistas estão focados nos sem terra, amanhã poderão mirar sindicatos, DCEs (Diretórios Centrais dos Estudantes) ou qualquer outro Centro Acadêmico.

CRIMES DO AGRONEGÓCIO

A CPI é uma ferramenta dos ruralistas para encobrir os crimes do agronegócio, os verdadeiros invasores de terras. Eles cometem crimes, espalham violência por

meio de seus jagunços e roubam terras de pequenos posseiros e indígenas por meio de fraude e grilagem. Promovem trabalho escravo moderno para reduzir custos na cadeia produtiva. Destroem o Cerrado, o Pantanal e a Amazônia em busca de novas terras para ganhar dinheiro com especulação imobiliária e expandir monocultivos de soja, milho e cana-de-açúcar. Seus representantes estão no Congresso, aprovando leis em prol do roubo de terras, contra populações indígenas, quilombolas e o meio ambiente.

DIREÇÃO DO MST PRECISA ROMPER COM O GOVERNO

No entanto, é preciso alertar os ativistas do MST. Esse governo não vai fazer a reforma agrária porque está atrelado ao agronegócio. Desde o primeiro mandato de Lula, passando por Dilma, todos os ministros da Agricultura foram notórios representantes do agro: de Reinhold Stephanes, passando por Neri Geller até Kátia Abreu. A verdade é que o PT governou 15 anos com o agro e fez muito pouco pelos sem terra, que continuaram sendo alvo da violên-



cia dos latifundiários. Por isso, não se pode tratar esse governo com um aliado, nem dizer que Carlos Fávaro é um “homem sério”, como falou João Pedro Stédile, dirigente do MST.

A direção do MST precisa romper com o atrelamento ao gover-

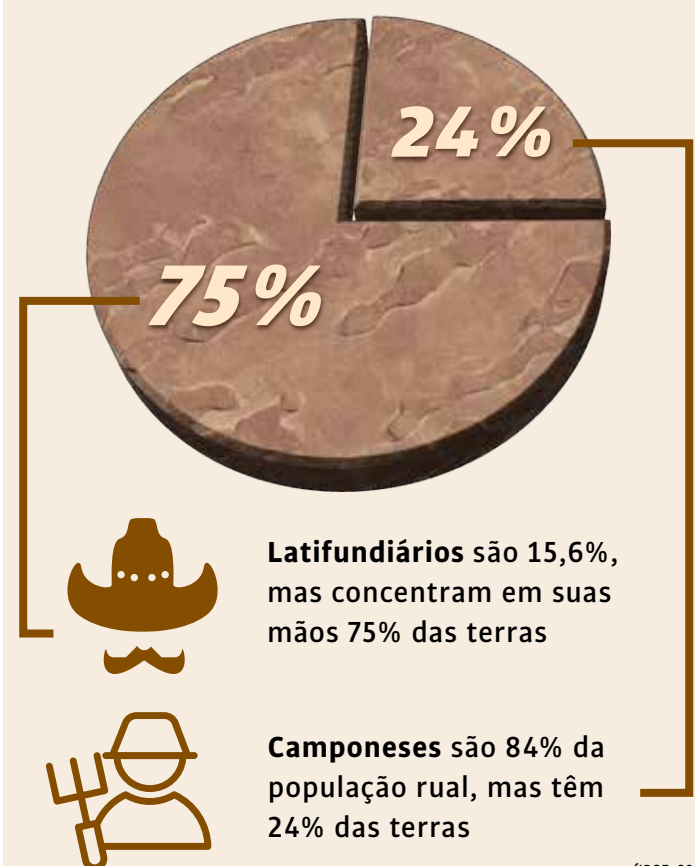
no para que os sem terra possam lutar, derrotar o agro e conquistar a reforma agrária e o necessário apoio financeiro aos milhares de camponeses assentados.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3MVENQG](https://bit.ly/3MVENQG)

A NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA

Agro é concentração fundiária

O Brasil é um país com uma enorme concentração fundiária. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias camponesas representam 84% dos estabelecimentos das terras, mas têm apenas 24% delas. Já os latifundiários são 15,6%, mas concentram em suas mãos 75% das terras.



(IBGE, 2006)

OS HOMENS DO AGRO

Quem são os políticos ruralistas na CPI



Ricardo Salles – ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, ele ficou conhecido por falar em “ir passando a boiada” sobre as leis ambientais do país, em reunião realizada em abril de 2020. Na sua campanha para deputado federal, Salles recebeu quase R\$ 776 mil de 21 usineiros, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, 20 empresários do setor imobiliário doaram para sua campanha R\$ 238 mil. Como ministro, a “boiada” de Salles incluiu a revogação de proibir o cultivo de cana no Pantanal e na Amazônia. Também foi responsável pelo desmonte da fiscalização contra crime ambientais. Em 2022, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) chegou a ter apenas 2.360 funcionários, o menor número desde 1999. Enquanto isso, o desmatamento na Amazônia explodiu em 60%.



Coronel Zucco – O deputado federal chama o MST de terrorista e apresentou projeto de lei (PL 895/2023) que exclui o movimento de qualquer auxílio, benefício ou participação em programas sociais do governo federal. Zucco é alvo de investigação da Polícia Federal por suspeitas de ter incentivado atos golpistas, como o fechamento de estradas, após a derrota de Bolsonaro nas eleições.

PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

Fim do PPI na Petrobras. E agora?

Devemos exigir que Lula e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, reduzam imediatamente em 50%, congelem e tabelam os preços dos derivados. Preço “justo” só com uma nova política energética, com recuperação dos ativos, integração e estatização completa da Petrobras, do poço ao poste



EDUARDO HENRIQUE, SECRETÁRIO-GERAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS (FNP);
BRUNO DANTAS, DIRETOR DO SINDIPETRO-RJ; **E JERÔNIMO CASTRO**, DO RIO DE JANEIRO (RJ)

A Petrobras anunciou o fim do Preço de Paridade de Importação (PPI) dos combustíveis, uma reivindicação de todo o movimento operário e popular brasileiro e uma das principais bandeiras dos petroleiros nos últimos anos. Uma política tão nefasta que até setores da burguesia a criticavam.

A medida deverá reduzir a pressão dos derivados sobre o orçamento familiar, mas o comunicado da “nova estratégia comercial de diesel e gasolina” da Petrobras já mostra seus limites, ao indicar que a

subordinação ao PPI deixou de ser “obrigatória” (o que é fundamental, mas eventualmente será uma “opção”) e a “rentabilidade sustentável” dos fundos norte-americanos e grandes acionistas privados será preservada.

No mesmo dia, anunciou também a redução de seus preços. A gasolina teve uma redução de R\$ 0,40 por litro (-12,6%); o diesel, R\$ 0,44 (-12,8%); e o gás de cozinha, R\$ 8,97 por botijão de 13kg (-21,3%). O reflexo para o consumidor é mais lento e desigual, e deve ser fiscalizado.

LUCROS ALTOS

A alta nos preços de gás e combustível dos últimos anos atingiu o conjunto da sociedade, desde caminhoneiros, produtores agrícolas etc., até a população mais pobre, que, além de ver subir a inflação e o preço dos alimentos, passou a usar álcool e lenha para cozinhar, aumentando ocorrências de queimaduras e intoxicação.

Se é indiscutível que Temer e Bolsonaro tiveram uma política de majorar os preços, isso ainda não explica tudo: é necessário responder por



que o fizeram e, mais importante, para onde foram os lucros obtidos.

O governo tem 50,2% dos votos que controlam a em-

presa, mas os acionistas privados abocanham 64% do lucro. Fora os entes nacionais, todos os 20 maiores acionistas são de capital estrangeiro.

SAIBA MAIS



Jean Paul Prates, presidente da Petrobras.

O que é o PPI e como ele surgiu

Concebido em 2015, na gestão de Aldemir Bendine, indicado por Dilma à Presidência da Petrobras, o PPI tinha por finalidade atrair “compradores ou parceiros para o seu sistema de distribuição”. Mas o PPI seria formatado e implementado na gestão de Pedro Parente, no governo Temer, em 2016.

Além das variáveis cotações do barril e do dólar, são embutidos valores fictícios como taxas alfandegárias e despesas com logística. É como se importássemos o produto que está dentro do território brasileiro, explorado com tecnologia da Petrobras, produzido por trabalhadores que recebem em reais. Tudo isso para beneficiar a concorrência.

Isso fez o preço do GLP sair de R\$ 53,12, em junho de 2016, para R\$ 113,51, em abril de 2022,

alta de 113%. A gasolina foi de R\$ 3,64 para R\$ 7,28, alta de 100%, entre junho de 2016 e maio de 2022. Já o diesel foi de R\$ 3,01 para R\$ 7,46 (alta de 148% de jun./16 a jul./22).

Essa alta fez a farra dos megaespeculadores, que abocanharam R\$ 195 bilhões de dividendos. Para efeito de comparação, a Vale, segunda maior distribuidora de dividendos do país, pagou R\$ 34 bi aos seus acionistas.

A busca por lucros maiores e mais rápidos coloca a Petrobras a serviço dos grandes acionistas, que balizam altas nos preços de derivados. Isso afasta a empresa da pesquisa e da busca pela superação do modelo atual de consumo de combustível fóssil, que é extremamente poluente e, por ser não renovável, está fadado a acabar.

NÃO FOI BEM ASSIM

Governo desvinculou o preço dos combustíveis das oscilações internacionais?



Antes de o governo anunciar a redução dos combustíveis, seus preços já estavam 14% acima da paridade internacional, de acordo com a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet). E, como lembra o Observatório Social do Petróleo, o gás de cozinha, o maior drama das famílias mais pobres, simplesmente não consta da “nova estratégia”.

Trata-se de um ajuste nos preços e não exatamente de uma mudança completa de critérios, tal como deixa claro o atual presidente da Petrobras. “Quando subir lá fora, terá que subir aqui dentro. Quando descer lá fora, vai ter que descer aqui”, disse. Na conjuntura atual, em que fatores como a guerra da Ucrânia influenciam o preço do petróleo, tudo leva

a crer que a cotação internacional seguirá interferindo nos preços aqui praticados.

Ou seja, o fim do PPI desobriga, mas não impede a Petrobras de aumentar os preços dos combustíveis. Ou seja, os preços seguirão se orientando pela volatilidade das cotações internacionais, ainda que não reajustados imediata e automaticamente, como até então.

“ABRASILEIRAR?”**Sem reestatização não haverá preço acessível aos trabalhadores**

É evidente que a maioria da população está comemorando a revogação do PPI, pois caminhoneiros, motoristas de aplicativos e a classe trabalhadora em geral não aguentam mais pagar essa criminoso conta.

Entretanto, diferentemente dos sindicalistas atrelados ao governo, não podemos esconder os limites dessa medida, passando informações falsas, como se os preços tivessem retornado aos patamares anteriores ou estivesse garantida a comida barata na mesa do trabalhador.

Em primeiro lugar, é impossível “abrasileirar” os combustíveis, como disse o presidente da Petrobras, numa empresa desnacionalizada como é hoje. Em segundo lugar, a companhia teria que anunciar que agora os preços estarão lastreados somente nos seus custos de produção.

Ainda assim, isso não seria uma tábua de salvação. É mais um slogan de campanha do que uma política definida e aplicável por si só. “Abrasilhar” o preço dos combustíveis, alimentos, transporte ou a conta de luz é insuficiente para libertar os trabalhadores da lógica privada, dos agentes do mercado financeiro.

É impossível, portanto, que somente a revogação do PPI liberte o povo brasileiro da exploração privada. Na verdade, “abrasileirar” o preço dos combustíveis sem reestatizar a distribuição dos derivados (responsável por 46,5% do preço do gás, 16,6% da gasolina e 20% do diesel) é o que explica que, mesmo com o fim do PPI, a tendência é que o preço do gás de cozinha fique na casa dos R\$ 100,00, um preço injusto.

Sem reestatizar as refinarias da Petrobras e os ativos de exploração, produção, transporte e comercialização não haverá preço acessível para os trabalhadores.

100% ESTATAL**Por outra política de preços, por outra Petrobras**

Uma redução significativa nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha é uma necessidade para os trabalhadores. Entretanto, para ter uma política que garanta preços acessíveis, será necessário romper não só com o PPI, mas com os interesses dos grandes acionistas da Petrobras, reestatizando a petroleira por completo, retomando ativos e reservas.

Também é necessário abordar os grandes temas ambientais que a discussão sobre o petróleo e a produção de energia levanta, re-

direcionando os lucros da Petrobras para investir na transição energética.

Uma empresa estatal controlada pelos trabalhadores, em conjunto com a participação dos usuários trabalhadores pobres, é a única forma de garantir condições adequadas para uma política de preços que não beneficie apenas acionistas nacionais ou estrangeiros na indústria do petróleo. Somente dessa maneira poderemos abordar adequadamente as questões relacionadas às consequências climáticas da produção de energia.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/45S2ME9](https://bit.ly/45S2ME9)

CONGELAR E TABELAR PREÇOS**É preciso reduzir em 50% o preço dos combustíveis**

Estima-se que, com o fim do PPI, os derivados poderiam ser vendidos pela Petrobras por metade ou um terço do preço, mesmo com uma “razoável” margem de lucro. Por isso, exigimos do governo uma redução imediata para 50% dos valores atuais dos combustíveis, para aliviar a pressão inflacionária na cesta básica e nos transportes. Exigimos também o tabelamento e o congelamento dos preços. É preciso também exigir a recuperação dos

ativos, com a reestatização e a integração de toda a cadeia de exploração, produção, refino e distribuição.

O governo de Frente Ampla de Lula, Alckmin e Prates tem um programa que parte de outra lógica, de conciliação com os grandes capitalistas. Só com união, independência da classe trabalhadora e muita mobilização poderemos enfrentar os interesses do capital financeiro, da ultradireita e do imperialismo.

PROGRAMA**Medidas pela construção de uma política energética para o povo****100%**

Por uma Petrobras 100% estatal, sob o controle dos trabalhadores.



Desvinculação dos preços internacionais, lastreamento nos custos de produção da Petrobras.



Subsídio para o consumo de gás para a população mais pobre e carente, de combustível ao transporte público e para a agricultura camponesa voltada para a produção de alimentos.



Retomada de todos os ativos, em especial a BR Distribuidora, de todas as refinarias privatizadas.



Incorporação da Transpetro, da Petrobras Biocombustível (PBIO) e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).



Fim da venda de ativos e leilões das reservas de hidrocarbonetos.



Investimento na transição energética.



Comitê de empregados e população para controlar preços, fiscalizar revendas e definir investimentos.

CONGELAR E TABELAR PREÇOS**O resultado do PPI foi a explosão do preço dos combustíveis****Gás de cozinha**

R\$ 53,12 em 2016 para
R\$ 113,51 em 2022
alta de 113%

**Gasolina**

R\$ 3,64 em 2016 para
R\$ 7,28 em 2022
alta de 100%

**Diesel**

R\$ 3,01 em 2016 para
R\$ 7,46 em 2022
alta de 148%

TETO DE GASTOS

Novo arcabouço tira ainda mais o pobre do orçamento e dá fatia ainda maior aos banqueiros



**DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO**

Fechávamos esta edição no momento em que o chamado novo arcabouço fiscal ia para votação na Câmara dos Deputados. Apresentado oficialmente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no final de março, o projeto impõe um novo teto de gastos, com uma dura política de austeridade que inclui a restrição nos gastos públicos e nos investimentos para privilegiar o pagamento da dívida aos banqueiros.

Entregue ao presidente da Câmara, Arthur Lira, o líder do centrão nomeou como relator do projeto um deputado de sua confiança, Cláudio Cajado (PP-BA). Missão dada, missão cumprida, e Cajado piorou ainda mais o que já era ruim, colocando mais ataques no texto sob demanda direta do mercado. Tudo acordado com o próprio Haddad e o governo.

O que isso vai significar, na prática, na vida da classe trabalhadora e da maioria da população? Será a continuidade, e a piora, dos serviços públicos, como saúde e educação; a perpetuação de um salário mínimo de fome, e tudo o que o acompanha, como as aposentadorias, o seguro-desemprego e demais direitos; a ausência de investimentos em obras públicas, sociais e em geração de emprego que enfrente as mazelas do nosso país, como a vergonha de 50% do nosso povo não ter acesso sequer a saneamento básico no 10º país mais rico do mundo. A ausência de políticas de verdade às populações originárias, às LGBTIs, negras e negros e demais setores oprimidos, além dos mecanismos de preservação do meio ambiente. Até mesmo o recém-conquis-

tado piso da enfermagem, fruto de décadas de luta, está em risco com esse novo arcabouço.

Defesa do teto vai de Bolsonaro a Lula

Esse novo teto amarra os investimentos públicos a um nível muito abaixo dos últimos governos. Segundo levantamento de assessores parlamentares, caso as regras defendidas pelo governo estivessem em vigor desde 2003, R\$ 8,8 trilhões teriam deixado de ser gastos nos serviços públicos. Questionado numa audiência pública, o próprio Haddad afirmou: “Não estamos partindo da mesma base de 2003, então olhar para trás e dizer ‘ah, o governo Lula aumentou as despesas em 6% ao ano’, isso não vai mais acontecer.”

Isso significa que, se os primeiros governos do PT contaram com uma conjuntura internacional de maior crescimento econômico capitalista, com



um boom das commodities que permitiram algumas pequenas concessões aos de baixo, enquanto, por outro lado, os problemas estruturais como o desemprego, os baixos salários e a precarização dos direitos permaneciam, e o país regredia a uma condição de semicolônia exportadora de produtos pri-

mários (processo acelerado nos últimos anos), agora nem com isso podemos contar.

O próprio Haddad, inclusive, reconheceu que o projeto não tem paralelo em lugar nenhum do mundo. “A nossa [regra fiscal] é até mais dura do que em qualquer lugar que eu tenha conhecido. A nossa

é mais dura. Eu dizia que o teto de gastos era uma jabuticaba, mas a nossa regra não deixa de ser”, afirmou. Não é por menos que o presidente do Banco Central, Campos Neto, tenha elogiado a medida, e que Bolsonaro tenha disponibilizado o seu PL para ajudar a aprová-la.

ENTENDA

Regras do novo teto

- Crescimento das despesas só pode subir até 70% do aumento das receitas. Mas independentemente da arrecadação, o crescimento das despesas deve variar entre 0,6% a 2,5% do ano anterior.
- Caso a meta de superávit primário (receita menos amortização e juros da dívida) não seja cumprida, no ano seguinte o teto para os gastos fica em 50% do aumento das receitas. Caso se repita, no ano seguinte essa variação desce para 30%.

Com o substitutivo da Câmara Lira/Haddad:

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e fundo para o piso da enfermagem, além das estatais, são incluídos no teto.
- Contingenciamento (bloqueio) de despesas obrigatórias no decorrer do ano, caso a previsão de superávit primário não esteja sendo cumprida.
- Caso a meta de superávit não seja cumprida no ano, além de restringir os gastos em 50% (como previa o projeto original), o governo não poderá criar cargos ou novas despesas obrigatórias. Isso inclui reestruturação de carreira, criação de cargos ou reajustes acima da inflação.
- Se a meta não for atingida no ano seguinte, fica proibido reajuste ao funcionalismo (inclusive reposição da inflação) e contratação de servidores.
- Essas medidas também serão adotadas caso as despesas obrigatórias superem 95% das despesas primárias.
- O salário mínimo não foi incluído no teto, mas aposentadorias e todos os benefícios da seguridade estão. Ou seja, indiretamente, ele afeta sim o reajuste do mínimo e ataca violentamente os aposentados.

TETO REPAGINADO

Novo teto não é “menos pior” que o de Temer, mas uma atualização



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad e o presidente da Câmara, Arthur Lira Foto Min Fazenda

Logo que foi apresentado, amplos setores da esquerda argumentaram que o novo arcabouço tinha lá os seus problemas, mas era um avanço em relação ao teto de gastos de Temer, aprovado em 2016. Será mesmo assim?

A Emenda Constitucional 95, apelidada com toda a razão de “PEC do Fim do Mundo”, congelava todos os gastos públicos, reajustando apenas a inflação. Tão logo foi aprovada, não eram poucos os analistas, mesmo os do mercado,

que consideravam a medida pouco sustentável. Isso porque era evidente que ela causaria, cedo ou tarde, um colapso da máquina do Estado. A ânsia em garantir os bilhões de juros da dívida aos banqueiros inviabilizaria o próprio Estado que atua para isso.

Tanto não era factível que mesmo o texto da PEC previa uma revisão em 2016. Nem chegou a tanto, já que esse teto foi furado sucessivas vezes até ser completamente desmoralizado e o mercado exigir outro.

E foi o que o governo Lula fez. Uma espécie de “teto móvel” que possa se ajustar aos vários momentos da conjuntura internacional, sempre mantendo os investimentos públicos lá embaixo. E, principalmente, que seja permanente.

Isso significa que mesmo num contexto de crescimento econômico, hoje improvável, os gastos públicos continuariam represados dentro da estreita faixa estabelecida pelo arcabouço. Já ouviu aquela história de que é preciso “fazer o bolo

crescer para depois repartir”, dita por Delfim Neto e até hoje repetida por setores “desenvolvimentistas”? Pois esqueça, o bolo, crescendo ou não, nem as migalhas irão para o povo, como em períodos anteriores. Só os banqueiros abocanharão o maior pedaço. E ainda tem

o outro lado: no caso de uma nova pandemia ou qualquer outra catástrofe social, os gastos também continuariam limitados. Menos o pagamento da dívida, claro.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3WF6YWL](https://bit.ly/3WF6YWL)

NOVO ATAQUE

Governo prepara desvinculação da saúde e educação

Juntamente com o novo arcabouço, uma velha obsessão de Paulo Guedes se aproxima mais da realidade: a desvinculação das verbas da saúde e educação. Haddad já afirmou que, aprovado o projeto, botará na mesa a discussão sobre o mínimo constitucional das duas áreas. “Está na hora de a gente ter uma regra mais sustentável”, declarou.

Por que “regra sustentável”? Com o fim do teto de Temer, a saúde volta a ter piso de 15% do orçamento e a educação, 18%. O problema é que o crescimento de todo o orçamento só vai poder ir até 70% do aumento da arrecadação, e os mínimos constitucionais estão atrelados a 100% do orçamento. Ou seja, se os gastos com saúde e educação crescerem mais que o teto de todo o Orçamento, o governo vai ter que cortar de outras áreas.

O plano do governo Lula, então, é aprovar o arcabouço e, em 2024, propor uma nova PEC especificamente para desvincular saúde e educação do Orçamento, para entrar em vigor já em 2025. Desvincular quer dizer rebaixar esses gastos e enquadrá-los também sob o novo teto.

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Derrotar o novo arcabouço por inteiro

O substitutivo de Cláudio Caetano tem o mérito de, ao menos, expor de forma sincera o objetivo do novo arcabouço. Segundo o texto: “A política fiscal da União deve ser conduzida de modo a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, prevenindo riscos e promovendo medidas de ajuste fiscal em caso de desvios.” Poderia ser ainda mais sincero e dizer “vamos impor uma política de austerida-

de sem igual em qualquer lugar do mundo, cortando dinheiro de salário, aposentadoria, saúde, educação e demais serviços públicos, para continuar garantindo bilhões aos banqueiros”.

Não é possível “remendar” o novo teto, tentando torná-lo menos pior. É preciso derrotá-lo por completo. Em dezembro de 2016, houve uma manifestação em Brasília contra a “PEC da morte” de Temer, que

enfrentou uma dura repressão policial. Foi uma mobilização bastante insuficiente, já que as direções do movimento, como a CUT, não jogaram o peso que deveriam. Porém, agora, não só não está havendo mobilização como a própria direção está no governo, e aprovando o teto. O PSOL não está chamando a luta contra o projeto, mas tentando aprovar emendas (leia mais na página 10).

Esse ataque mostra a necessidade urgente de se batalhar pela independência política do movimento diante do governo e dos patrões. É necessário exigir que as entidades e organizações não sejam correias de transmissão de um governo que atende os interesses dos banqueiros e super-ricos, mas que, como propõe a CSP-Conlutas, fortaleçam um polo de independência de classe e combativo para lutar contra os

ataques e pelas reivindicações da classe trabalhadora.

Precisamos pôr abaixo esse teto, mas não só. É preciso acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal e todos os mecanismos de “austeridade”. É necessário suspender o pagamento da dívida aos banqueiros, redirecionando os recursos para obras públicas, salário, emprego, ciência e tecnologia, reforma agrária, saúde, educação e demais serviços públicos.

POLÊMICA

PSOL só poderá combater o arcabouço se romper com o governo

**JULIO ANSELMO,
DE SÃO PAULO (SP)**

Não há dúvidas de que o arcabouço fiscal do governo Lula é um ataque aos trabalhadores e atende aos grandes capitalistas brasileiros e internacionais. O PSOL vem fazendo críticas ao arcabouço, embora ainda não esteja claro como votará.

Chico Alencar, em nome da federação PSOL/Rede, apresentou dez emendas que, embora possam suavizar a proposta, não mudam a lógica desta. O patamar mínimo de gastos ser 0,6%, como está na proposta do governo, ou 2,5%, como está na emenda do PSOL, na prática ainda significa que a maioria dos recursos públicos se destinará para os ricos capitalistas. Ou poder gastar até 95% do ganho real da receita quando atingir a meta, contra 70% da proposta do governo, não muda o fato de que tudo isso ainda respeita a lógica capitalista neoliberal do superávit primário e primazia da remuneração dos banqueiros em detrimento dos demais gastos.

Retirar dos limites de gastos algumas áreas sociais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o piso da enfermagem, pode significar uma sobrevivência em alguma área. Mas, de conjunto, o arcabouço é um atentado contra os direitos dos trabalhadores e do povo pobre em todas as áreas. Por isso, precisa ser derrotado em sua integralidade.

DESSERVIÇO

Apresentar emendas para tentar “despiorar” o arcabouço fiscal, é prestar um duplo desserviço aos interesses dos trabalhadores, em favor dos capitalistas. Primeiro, legitimará um projeto que ataca violentamente a classe trabalhadora, aposentados, serviços públicos e o povo pobre. Segundo, e talvez ainda mais importante, contribuirá para um retrocesso na consciência e organização da classe trabalhadora, difundindo a mentira e a ilusão de que um projeto comprometido com a responsabilidade fiscal, com os capitalistas, a quem o go-



Guilherme Boulos

verno e o Congresso defendem, pode ser benéfico para os trabalhadores. Precisamos é de um plano dos trabalhadores de mobilização para derrotar esse arcabouço, que ataque esses mesmos capitalistas e se defenda contra o governo e o Congresso, exigindo o que lhes é de direito.

ACORDÃO

Chico Alencar faz uma curiosa argumentação sobre o arcabouço ao afirmar que “o projeto original do governo sofreu ‘ca-

jadadas’ que o tornaram extremamente restritivo”. É verdade que o projeto original apresentado por Haddad vem piorando na mão do relator Cláudio Cajado. Mas o próprio governo vem costurando e combinando essa versão final da proposta em reuniões entre o ministro e o relator. Ou seja, há um acordo que vem sendo construído pelo governo, centrão e a direita, para aprovar um arcabouço fiscal que agrade ainda mais todos os setores capitalistas.

CRÍTICAS PARA “AJUDAR” O GOVERNO

Mesmo criticando o arcabouço, a argumentação do PSOL não ajuda os trabalhadores a terem consciência do que vem se passando no país. Guilherme Boulos, por exemplo, disse que “o PSOL apoia e trabalha para que o governo Lula dê certo. Por isso, temos fortes preocupações com o texto”. Para Ivan Valente, o “PSOL é base de apoio a Lula, mas não poderia votar a favor desta proposta que cria uma camisa de força para o governo. O governo Lula tem que dar certo, para isso, precisa de investimento, não de amarras ao crescimento!”

Ou seja, o PSOL critica o arcabouço fiscal do governo em nome da defesa, do apoio e da ajuda ao próprio governo Lula. O PSOL se coloca a estapafúrdia missão de ser mais governista que o governo. Mas é o próprio governo que está implementando o arcabouço fiscal!

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/426UIUC](https://bit.ly/426UIUC)**

LIMITES

Romper com o governo e construir uma oposição de esquerda



A atuação do PSOL, ao colocar suas emendas a serviço do governo Lula em parceria com capitalistas, burgueses e a direita, dentro dos limites do sistema e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), representa uma prisão perpétua na busca pelo eterno mal menor. Embora possa haver boas

intencões por trás das emendas ao arcabouço, essa abordagem ainda está inserida na lógica da dominação capitalista e vai de encontro aos interesses dos trabalhadores, que estão sendo atacados pelo programa de Lula-Alckmin.

O apoio e a participação do PSOL no governo Lula foram mar-

cados por confusões e malabarismos, com declarações contraditórias. E essa mesma forma de agir se repete nesse tema, fazendo críticas, mas acabando por apoiar ainda mais um governo que serve aos interesses da burguesia. Neste momento, é fundamental convocar a classe trabalhadora a não depositar confiança nesse governo.

É incrível que, mesmo depois de um ataque desse tipo, não haja nenhuma perspectiva de no mínimo mudar a orientação do PSOL em relação ao governo. Sair da base do governo no Congresso, entregar os cargos, sair de mi-

nistérios e romper com o governo não estão no horizonte da direção do partido.

É importante lembrar que foi com a reforma da Previdência, ataque desferido durante o primeiro governo Lula, que se originou o PSOL. O PT segue governando aos capitalistas e, pelas circunstâncias, está ainda mais subalterno aos interesses dos monopólios internacionais, dos banqueiros e da burguesia brasileira a eles associada. O PT não mudou. Quem mudou foi o PSOL.

Esse governo não está “em disputa”, como pensa a direção do PSOL. Apenas diferentes seto-

res burgueses podem disputá-lo e, mesmo assim, dentro dos estreitos limites do teto de gastos, quer dizer, da manutenção da pilhagem do país e da extrema exploração da classe trabalhadora.

Os ativistas devem romper com o governo e construir uma oposição de classe e de esquerda que se enfrente com o governo e também seja ponta de lança na luta contra a ultradireita. Afinal, quem ajuda a ultradireita hoje é o governo, que apresenta um ajuste fiscal aplaudido pelo mercado e elogiado pelo chefe do Banco Central, o bolsonarista Campos Neto.

ENTREVISTA

“PEC das domésticas foi uma conquista, mas não podemos deixar de pontuar os seus limites”

ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

O Opinião Socialista conversou com Rosângela Santana, secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia (Sindoméstico-BA). Ela trabalha como doméstica há 29 anos, mas desde criança está no serviço doméstico. Rosângela também é pedagoga, formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ativista do Coletivo de Mulheres do Lemarx – Grupo de Estudos de ngela Davis (UFBA).

Em 27 de abril foi o Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica. Qual a importância dessa data?

Rosângela Santana - A importância dessa data é celebrar a luta daquelas que nos antecederam, a exemplo de Laudelina de Campos Melo, pioneira na luta por direitos de trabalhadores domésticos no Brasil, impulsionando estudos e organizando associações e sindicatos da categoria. Inclusive, ela cedeu a casa dela para ser a sede do primeiro sindicato da categoria. Aqui na Bahia, lembramos e celebramos Creuza Oliveira, fundadora do Sindoméstico-BA, que segue viva entre nós, forte e lúcida, ainda na luta.

Nessa data reforçamos que somos trabalhadoras e trabalhadores, em sua grande maioria, mulheres e homens negros, que também ajudam a sustentar este país.

No dia 2 de abril completaram-se dez anos da Emenda Constitucional nº 72, conhecida também como “PEC das Domésticas”. Qual o balanço que você faz dessa década de aplicação da lei?

Rosângela - A lei foi de extrema importância para

nós, principalmente quanto à garantia dos direitos como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, 13º salário e a jornada de trabalho (oito horas diárias).

A lei foi uma conquista, mas não podemos deixar de pontuar seus limites. Por exemplo, no próprio seguro-desemprego que conquistamos, não estamos equiparados com outras categorias de trabalhadores que recebem cinco meses, recebemos apenas por três meses. A lei não abrange as trabalhadoras diaristas. Muitas eram mensalistas, que foram demitidas por patrões que não queriam cumprir com a lei. Esse é um grupo de trabalhadoras e trabalhadores bastante explorado, pois sequer tem a carteira de trabalho assinada.

A PEC das Domésticas foi resultado de uma luta da categoria, mas muitos buscam burlar a lei, para seguir explorando as trabalhadoras(es), a exemplo da cobrança de que se transformem em microempreendedoras através do MEI. Como o sindicato tem enfrentado esse tema?

Rosângela - Essa é uma situação que ficamos indignadas. É um grande risco às trabalhadoras e trabalhadores domésticos, pois impede o acesso aos direitos trabalhistas que conquistamos com a PEC das Domésticas. Não recebem contribuição referente ao FGTS, não têm direito a 13º salário e férias remuneradas. O sindicato vem realizando palestras, esclarecendo e buscando convencer a não aceitar esse tipo de relação de trabalho. Trabalho doméstico não é MEI.

O Brasil tem a maior população de trabalhadoras domésticas do mun-

do, são 5,9 milhões, quase três empregadas para cada grupo de 100 habitantes. Você liga essa situação a uma herança do passado escravocrata do país?

Rosângela - Avaliamos que os números são maiores, sobre a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras domésticas no país, já que as/os diaristas e as/os sem carteira assinada não entram nesses dados oficiais. Não tem como negar a herança do passado escravocrata, e sentimos isso quando negam nossos direitos, quando buscam burlar a lei, nos assédios e abusos sexuais que passamos, e na quantidade de trabalhadores domésticos resgatados em trabalho escravo.

Esse tema do trabalho escravo tem chamado bastante atenção. A categoria doméstica está entre aquelas com muitos casos. Como a categoria encara o problema?

Rosângela - Esse tema tem sido uma de nossas prioridades, tanto no nosso sindicato daqui da Bahia como na Federação Nacional e na Federação Internacional. Temos realizado seminários, palestras, destacado em nosso boletim “O Quente”. Temos cobrado dos governos políticas públicas de combate ao trabalho escravo, com punições severas a quem comete esse crime e medidas de acolhimento aos trabalhadores que passaram por essa situação, com o pagamento de todos os seus direitos e reparações. Es-

“ Não tem como negar a herança do passado escravocrata, e sentimos isso quando negam nossos direitos, quando buscam burlar a lei, nos assédios e abusos sexuais ”



Rosangela

ses pagamentos demoram, é um processo burocrático que deixa os trabalhadores desamparados.

Fale um pouco como tem sido a organização da categoria no Brasil e internacionalmente.

Rosângela - A nossa organização é muito importante para que possamos nos reconhecer enquanto classe trabalhadora. Eu sou um exemplo disso. Até pouco tempo, eu era aquela mulher que fazia meu trabalho e voltava para casa, era avessa aos problemas da categoria e da sociedade. Isso mudou quando voltei a estudar e passei a debater temas da atualidade, isso foi mexendo comigo e comecei a me reconhecer como trabalhadora doméstica e a dizer às pessoas com orgulho a minha profissão. Fiquei ainda mais forte na universida-

de, ao integrar o Coletivo de Mulheres do Lemarx – Grupo de Estudos de ngela Davis, e escrevi meu trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre o trabalho doméstico com uma visão marxista. É nesse percurso que me aproximo do sindicato e começo a participar das atividades, e hoje componho a diretoria.

A categoria é organizada por sindicatos estaduais, que integram a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad). Como a luta da classe trabalhadora é internacional, integramos a Confederação Latino-americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas (Conlactraho) e a Rede Internacional de Trabalhadoras Domésticas (FITH IDWN).

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/43N6DU3](https://bit.ly/43N6DU3)

CHILE

Eleições de 7 de maio: a extrema direita cresce, e o descontentamento social continua

MOVIMENTO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES (MIT-CHILE)

A eleição dia 7 de maio foi importante, apesar do pouco entusiasmo da maioria da população para votar. Seus resultados refletem, em parte, a realidade do país, mas não nos devem impressionar. Para os milhares de trabalhadores, jovens e ativistas que estão preocupados com o crescimento da ultradireita, é importante que façamos uma profunda análise do que está acontecendo no país para compreender o que aconteceu na eleição.

Nos últimos 4 anos, o país viveu mais de uma dezena de processos eleitorais. Entretanto, nada mudou para melhor na vida da maioria da população. Des-

de o Acordo pela Paz de 15 de novembro de 2019, que abriu o primeiro processo Constituinte, houve um grande pacto entre todos os principais partidos políticos (inclusive o Partido Comunista – PC, que não assinou o Acordo, mas depois o reconheceu) para canalizar o descontentamento social para a democracia burguesa e, assim, tirar das ruas os milhões que protestavam. O Partido Republicano se manteve fora desse acordo, já que sempre defendeu que o processo revolucionário aberto em 2019 deveria ter sido esmagado com ainda mais violência.

A estratégia de canalizar o descontentamento social



Gabriel Boric

para as instituições burguesas (eleições, Parlamento, Constituinte) até agora funcionou. O povo se desmobilizou e o selvagem capi-

talismo neoliberal chileno se manteve intacto. Aqueles que antes propunham reformas, como a Frente Ampla (FA) e o PC, hoje adminis-

tram o país para os grandes capitalistas. Foram completamente domesticados pela burguesia. Nesse contexto, a grande burguesia e seu setor mais reacionário já começam a entender que não precisam fazer mais concessões ao povo, nem aos setores que se dizem reformistas, como a FA e o PC. A extrema direita e a direita conseguiram capitalizar parte importante do descontentamento social e se propõem a esmagar de uma vez as possibilidades de mudanças e de mobilização popular. Por outro lado, a enorme quantidade de votos nulos demonstra que o regime político ainda continua sem legitimidade para um grande setor da população e que o descontentamento social se mantém vivo.

NADA DEMOCRÁTICAS

Eleições controladas pela burguesia e seus partidos



Ex-candidato a presidente, o conservador José Antonio Kast, foi o vitorioso na eleição.

Em primeiro lugar, é necessário identificar que as elei-

ções de Conselheiros Constituintes foram totalmente

controladas pelos grandes empresários, que financiam a política, e pelos partidos do regime. O chamado “Acordo pelo Chile” deixou de fora a possibilidade de que entrassem candidatos independentes e inclusive que novos partidos se inscrevessem antes do processo eleitoral. Como resultado, somente os partidos já inscritos puderam participar. O segundo elemento fundamental é o financiamento das

campanhas. Como sempre, existe uma enorme desigualdade nos gastos das candidaturas, os grandes empresários colocam rios de dinheiro em várias candidaturas de diferentes partidos. Ou seja, a grande burguesia não colocou todos seus ovos na mesma cesta e financiando candidaturas de diferentes partidos. Outros partidos certamente receberam também grandes contribuições de setores bur-

gueses, como o Partido Socialista, Democracia Cristã, etc.

Portanto, em primeiro lugar, não podemos dizer que as eleições são realmente democráticas e que todos concorrem com os mesmos direitos. A grande burguesia, além de financiar seus candidatos com enormes somas, também controla a grande mídia, oferecendo-lhes espaço permanentes na televisão, rádio, etc.

ANÁLISE

O que explica o crescimento da ultradireita

Sem dúvida, o resultado mais relevante foi a ampla vitória dos Republicanos, o partido do pinochetista José Antonio Kast. Os discursos dos candidatos Republica-

nos se basearam centralmente em dois eixos: combater a delinquência e a imigração irregular. O crescimento da ultradireita no Chile não é uma exceção ou um caso

particular. Em muitos países do mundo o aumento das contradições sociais resultantes do capitalismo fez com que cada vez mais setores da burguesia optassem por

apoiar partidos da ultradireita. Isso aconteceu na Europa (Alemanha, Itália, Grécia, Polônia) e também na América (Estados Unidos, Brasil, El Salvador, Argentina).

A votação no Republicanos expressa que a grande burguesia vem avançando em conquistar ideologicamente um setor da classe trabalhadora e das classes mé-

dias para seu discurso, que atribui o aumento das desigualdades, miséria e violência aos migrantes, aos traficantes, aos ativistas de esquerda e aos indígenas Mapuche que lutam por suas terras com método de ação direta.

O crescimento dessa ultradireita tem relação direta com o fracasso dos governos de “esquerda” ou “progressistas”. No Brasil, os 14 anos de governo do PT (Lula e Dilma) foram a base para o surgimento de Bolsonaro. O mesmo está acontecendo no Chile. Os governos progressistas preparam o caminho para a extrema direita ao não solucionar os problemas das

massas e fazer pactos permanentes que favorecem o grande empresariado.

BORIC E AS MEDIDAS REPRESSIVAS

Gabriel Boric (atual presidente do Chile) é uma amostra disso. Enquanto a vida da classe trabalhadora piorou com o aumento de preços, os baixos salários, a crise na saúde e educação, os lucros dos grandes empresários foram estratosféricos. Ao mesmo tempo, o governo assumiu toda a agenda e o discurso da direita, voltando a militarizar o território Mapuche; decretando o Estado de exceção no norte do país contra os

migrantes e aprovando a Lei Naín-Retamal, que facilita a impunidade para os Carabineiros (policiais chilenos). Entretanto, apesar de girar cada vez mais à direita, Boric nunca poderá ocupar o espaço dos tradicionais e novos partidos da extrema direita, que são os verdadeiros representantes da grande burguesia.

CRESCIMENTO

Em relação aos números, a votação da ultradireita aumentou consideravelmente em comparação com as últimas eleições presidenciais e parlamentares. Nas presidenciais de 2021, Kast obteve 1,9 milhões de votos no

primeiro turno (o outro candidato de direita, Sichel, obteve 900 mil) e 3,6 milhões no segundo turno. Nas parlamentares, o Partido Republicano obteve 666 mil votos (tudo isso sem o voto obrigatório). Agora, para as eleições de Conselho Constituinte, os Republicanos apenas obtiveram 3,4 milhões e a direita tradicional 2 milhões. Somados, são 5,4 milhões de votos, 2 milhões a mais que no segundo turno presidencial. Isso demonstra que a direita e a extrema direita conseguiram capitalizar parte do sentimento de descontentamento que aumenta no país, agora sob o governo de

Gabriel Boric. Sem dúvida, o fracasso do Partido de la Gente (de direita) às vésperas das eleições, depois do escândalo de sua candidata narcotraficante, fez com que a direita ganhasse uma parte dos votos que iria para esse partido.

O crescimento da direita não é só eleitoral. Nos últimos meses, principalmente depois do assassinato da carabineira Rita Olivares e do carabineiro Daniel Palma, a direita conseguiu realizar grandes mobilizações com milhares de pessoas, principalmente apoiadas nos familiares dos Carabineiros, militares e setores da pequena e grande burguesia.

REFORMISMO



Direita fez campanha pelo rechaço da Constituição

Resultado é um golpe no governo

O governo Boric vem perdendo cada vez mais apoio desde que assumiu, pelos motivos que descrevemos. As eleições atuais foram outro duro golpe para o governo. Nas eleições presidenciais (sem voto obrigatório) Boric e a ex-Concertación (coalizão eleitoral de partidos onde confluem social-democratas e democratas-cristãos) obtiveram mais de 4,6 milhões de votos. Para as eleições atuais de Conselheiros, o bloco mais governista FA-PC-PS obtiveram 2,8 milhões de votos e o bloco PR-DC-PPD (Partido Radical, Democracia Crista e Partido pela Democracia) obteve 877 mil votos. Somados, chegam a 2,7 milhões, quase 2 milhões a menos do que no segundo turno presidencial de 2021. Esses dados mostram uma perda de apoio importante ao governo.

FRACASSO DA CONSTITUINTE

O fracasso do governo e da Convenção Constituinte anterior

têm relação direta com o crescimento da extrema direita. Com a vitória do Rechaço no último Plebiscito, o caminho traçado pela Nova Concertación (Socialistas, Frente Ampla e Comunistas) fracassou completamente. Ficou demonstrado que seu caminho de pactuar com a direita e o grande empresariado para “conquistar mudanças sociais” não era mais que uma cortina de fumaça. Inclusive se o Aprove tivesse vencido, o que era praticamente impossível devido ao descontentamento com o governo e à campanha da direita, a Nova Constituição teria sido um fracasso a médio prazo, já que seus principais artigos mantinham o controle das grandes famílias sobre a economia do país e do Estado. O que está fracassando a cada dia que passa, é a estratégia reformista da Nova Concertación para mudar o país e solucionar os problemas dos trabalhadores e da juventude.

MOBILIZAÇÃO

Preparar contra a ofensiva do governo e da extrema direita

O avanço da extrema direita no Conselho Constitucional traz enormes perigos. Em primeiro lugar, a Nova Constituição poderá ser ainda pior que a Constituição de Pinochet, já que a direita conquistou a maioria dos assentos no atual Conselho. Isso coloca para os trabalhadores a tarefa de não permitir esses retrocessos, organizando mobilizações e também o voto pelo Rechaço no Plebiscito. Também devemos estar atentos para o fato de que não seja realizado o plebiscito de saída (para aprovar ou não a nova Constituinte), já que é possível que a direita, inclusive os republicanos, e o governo cheguem a um novo acordo para mudar a Constituição sem o perigo de sofrer um novo re-

chaço no fim de ano. Não podemos ser ingênuos e acreditar que esses partidos não mudarão as regras do próprio jogo estabelecido por eles.

Por outro lado, não podemos esperar nada do governo de Gabriel Boric, que girará ainda mais à direita depois desta nova derrota. Os partidos do governo tentarão cada vez mais chamar as “forças democráticas” a unirem-se contra o suposto “fascismo” do Partido Republicano. Tentarão nos enganar para que defendamos seu governo e esta democracia burguesa, enquanto é o próprio governo e o Parlamento que mantêm a militarização da Araucanía, reforçam os Carabineiros, negam o direito aos trabalhadores de retirar seu

dinheiro das AFPs (Fundos de Pensão). Em segundo lugar, é necessário que a classe trabalhadora e a juventude se reorganizem para lutar em defesa de suas condições de vida, que pioram a cada dia.

A CUT, as federações e sindicatos de trabalhadores por todo o país e as organizações da juventude, como a Confech (Confederação de Estudantes do Chile), devem colocar-se na liderança de uma lista de demandas que mobilize a classe trabalhadora de forma independente do governo de Gabriel Boric.

Só com mobilização nas ruas e organização é possível enfrentar a extrema direita e exigir do governo medidas que beneficiem o povo trabalhador.



Repressão ao povo Mapuche segue com o governo Boric.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3BWGVWA](https://bit.ly/3BWGVWA)

PITTY

Os 20 anos de Admirável Chip Novo

“Admirável Chip Novo” foi o álbum de estreia da cantora de rock Pitty. Neste ano, o álbum completou 20 anos e marcou uma geração, sendo um marco do rock nacional do início dos anos 2000

TÁCITO CHIMATO,
DE SÃO PAULO (SP)

Calar em Pitty, acho que para toda a minha geração, é ser transportado para uma época onde as músicas desse álbum se tornaram onipresentes no dia a dia. Seja nas rádios, ouvindo no fone para a escola, seja na MTV, onde a cantora tornou-se figura carimbada, a baiana fez parte da rotina de milhões de adolescentes no país nos anos 2000.

Em um período onde cantoras como Britney e Cristina Aguilera eram exibidas largamente em todos os meios possíveis mundo afora, com pouco ou nenhum som de guitarra nas gravações, uma baiana roqueira parecia destoar de tudo o que fazia sucesso. Isso foi o combustível para que Pitty fizesse residência na grande mídia ao longo da década, impondo uma atitude diversa de rebeldia e confrontação contra o padrão do pop dos anos 2000.

Inegavelmente isso vem de seu talento excepcional como compositora, capaz de abordar temas comuns à juventude como autoaceitação, insatisfação com a rotina e os grandes romances da vida, com uma banda afiadíssima, marcada pelas poderosas guitarras de Peu Souza, cria do underground soteropolitano.

O disco marcou para sempre o imaginário popular do que seria talvez a última década de ouro do rock brasileiro, que, nas décadas seguintes, entraria em franco declínio nas grandes mídias e entre a juventude.

A GRAVAÇÃO DO DISCO

Priscilla Novaes Leone, a Pitty, confrontou diretamente a gravadora e fez questão de só chamar músicos da cena baiana: Joe no baixo, Duda Machado na bateria e o diferencial do disco: Peu Souza na guitarra, que conseguiria inserir um peso em uma lingua-

gem extremamente popular.

O bom desempenho na MTV chamou a atenção que a cantora precisava para lançar em 2003 o disco “Admirável Chip Novo”. O título, baseado no livro de Aldous Huxley, tinha como ideia amarrar os temas que passeariam pelas canções, que teriam como foco uma crítica social aos padrões de comportamento da cidade.

Assim, “Máscara”, por exemplo, fala sobre a autoaceitação, ao bradar no refrão: “O importante é ser você/mesmo que seja, estranho!”. “Teto de Vidro”, faixa de abertura, fala sobre o julgamento alheio. “Admirável Chip Novo”, sobre a automatização da rotina; “Pense, fale, compre, beba/Leia, vote, não se esqueça/Use, seja, ouça, diga/Tenha, more, gaste e viva.” “O lobo” retoma a obra de Thomas Hobbes, ao explicar o surgimento da raça humana da pré-história aos tempos modernos.

SUCESSO, NOVELAS E VIDEOCLIPES

O sucesso absoluto do disco tomou proporções de massas quando suas músicas chegaram às novelas. Em 2003, o single “Máscara” tornou-se parte da trilha da novela Senhora do Destino. Na mesma época, “Teto de Vidro” vai para Malhação e “Temporal”, para a novela Da Cor do Pecado, com a cantora tomando quase toda a grade de novelas da Globo.

A artista também faz ponte no disco acústico do Ira!, lançado pela MTV, cantando “Eu quero sempre mais”. O disco é até hoje o maior sucesso comercial do grupo paulistano, garantindo à cantora mais um espaço nas rádios. Pitty tornou-se, enfim, uma espécie de onipresença no dia a dia dos adolescentes, coroando sua posição como porta-voz do rock nacional em diversas premiações e em impressio-



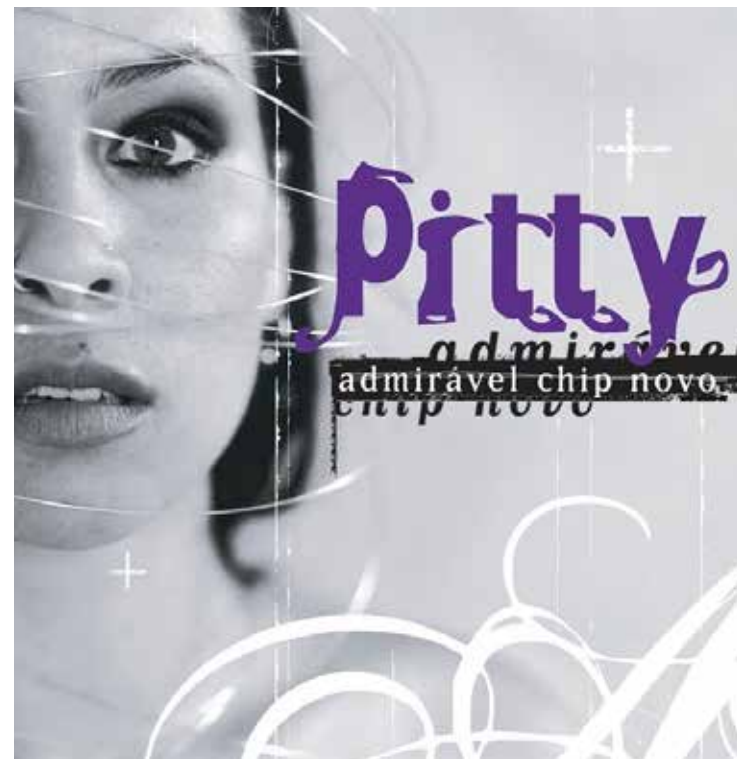
LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/420R30M](https://bit.ly/420R30M)

nantes 450 mil cópias vendidas, tornando a baiana uma artista platinada em 2004.

Várias garotas da minha escola passaram a adotar o estilo da cantora, pintando os cabelos e usando munhequeiras no pulso, gargantilhas. A Galeria do Rock, point no centro de São Paulo, era o local de encontro, onde adolescentes de toda a cidade trocavam materiais da cena e acompanhavam os lançamentos da cantora, que tinha suas camisetas vendidas à exaustão nas lojas locais. Nada mal para quem três anos antes ralava nos inferninhos de Salvador para pagar as contas e virava as noites tocando hardcore nas casas de show locais.

ROCK ATÉ A MEDULA E ACOLHIMENTO

Pitty foi rock até a medula em uma época na qual a primeira ebulição já havia terminado. A separação traumática do Sepultura, a morte de Chico Science e a paralisação por censura ao Planet Hemp deixou, de certa forma, uma geração órfã, que crescera gostando de rock, mas não via em nada que minimamente tocasse nas rádios um elemento de identificação.



A sensação de poder que o som do disco passa cai muito bem para um adolescente em ebulição que, com raiva do mundo, muitas vezes não sabe colocar em palavras sua revolta. Nas canções do disco, entretanto, muitos jovens encontraram um acolhimento comum às coisas que sentiam e passavam.

Os anos subsequentes não foram tão generosos para o rock como esperá-

vamos. Mas isso não apaga a felicidade inocente de quem fez parte de uma época tão efervescente.

Com todas as suas limitações, Pitty de certa forma representou toda a voz de uma geração que, como eu, não se enquadrava. E hoje, ao ouvir esse disco 20 anos depois, é no mínimo gostoso saber que esses dilemas, afinal, não foram passados de maneira solitária.

IMIGRANTES

Associação é criada para fortalecer luta de migrantes em São Paulo



CSP-CONLUTAS

Uma nova ferramenta de luta e organização de trabalhadores migrantes foi criada no último domingo, dia 21. A Associação União de Migrantes Latinos foi fundada na sede da CSP-Conlutas e agora faz parte das entidades que constroem a Central.

A atividade que dá o pontapé inicial nesta nova organização ocorreu na nova sede da CSP-Conlutas, localizada na Sé, no centro histórico de São Paulo e reuniu dezenas de trabalhadores bolivianos.

O objetivo da organização será dar forças a uma das maiores comunidades de migrantes que reside em São Paulo e aprofundar a luta por direitos, respeito e dignidade aos milhares de pais e mães de família.

“Para nós, quanto mais organizada e unida estiver a classe trabalhadora, mais forte seremos. Este é o nosso princípio. Construir uma associação é um processo muito transparente, democrático e necessária de muita unidade”, explica Wilson Ribeiro, da CSP-Conlutas São Paulo.

O companheiro também reforçou que através da associação será possível atuar para combater diversos problemas enfrentados também por trabalhadores brasileiros, como o combate ao trabalho análogo à escravidão.

Presidente da associação, Tito Cezar Otondo reivindicou a CSP-Conlutas como uma organização de apoio e explicou os motivos de buscar unir diversas famílias de trabalhadores bolivianos.

“Gostaria de agradecer o apoio à nossa organização. Isto é fundamental a nós bolivianos que estamos em situação de vulnerabi-

lidade de nossos direitos. Chegar a CSP-Conlutas foi fundamental

para buscar ajuda a nossos compatriotas”, afirma Tito.



SOLIDARIEDADE

Professor é vítima de uma ação arbitrária do Conselho Regional de Educação Física



Marcelo Barreto, militante do PSTU e professor de educação física no Colégio de Apli-

cação da Universidade Federal de Pernambuco (CAP-UFPE), foi vítima de uma ação trucu-

lenta e arbitrária praticada pelo Conselho Regional de Educação Física (CREF/PE), em conjunto com Polícia Civil, no último dia 18.

O professor teve sua aula invadida por representantes do CREF/PE, que de forma autoritária querem obrigar que os profissionais e professores concursados em Educação Física se filiem ao Conselho. Eles tentam impor, de cima para baixo, sem diálogo com a categoria, a Lei 14.386, aprovada no ano pas-

sado no Congresso Nacional.

Outros dois profissionais passaram por essa mesma situação no Colégio de Aplicação da UFPE. Assim como Marcelo, são acusados de realizar “atividades privativas do profissional da área sem ter a habilitação legal necessária para exercer o cargo”. Isso é um absurdo e um total desrespeito aos professores. Marcelo leciona há 37 anos no Colégio de Aplicação e é concursado. O professor se sentiu constrangido com a invasão ao

seu ambiente de trabalho, em que, ao mesmo tempo, tentaram intimidá-lo de maneira violenta, e conduzi-lo à delegacia.

Várias entidades emitiram notas de apoio a Marcelo Barreto e demais trabalhadores da Educação Física, vítimas dessa ação violenta do CREF/PE. O caso ganhou repercussão na imprensa. Em nota, o Colégio de Aplicação e a UFPE repudiaram a ação e informaram que estão tomando medidas administrativas cabíveis.

RORAIMA

Violência contra indígenas yanomami

No último dia 6 foi encontrado o corpo de uma mulher na Terra Indígena Yanomami (TIY). O corpo foi localizada na região da comunidade Uxiu, onde há forte presença do garimpo. Com isso, já foram registradas 17 mortes em menos de duas semanas na terra indígena.

A Terra Indígena Yanomami sofre com investida do ga-

rimpo ilegal. O clima de hostilidade no Uxiú se acirrou após um indígena Ilson Xirixanam que trabalhava como agente de saúde da região e morreu com um tiro na cabeça. Além dele, outros dois foram baleados na comunidade. Em seguida, no dia 1º, foram encontrados oito corpos de garimpeiros na mesma comunidade, e ao menos

um estava ferido com flechas.

Além desse caso, houve quatro garimpeiros mortos no dia 30, em um confronto com agentes da Polícia Rodoviária Federal e do Ibama, na TIY. Esse episódio, entretanto, foi em outra região da terra indígena, e há suspeita de que o grupo teria ligações com uma facção criminosa de São Paulo.



RAÇA & CLASSE

Vini Júnior e a luta antirracista

CYRO GARCIA,
DO RIO DE JANEIRO

Causou indignação no mundo inteiro, as cenas de um estádio lotado em Valência fazendo ataques racistas ao jogador brasileiro Vinicius Junior. Após a paralisação de alguns minutos, assistimos a um patético juiz expulsar o jogador que era a vítima do crime que estava sendo cometido naquele estádio. O juiz sequer mencionou na súmula os episódios racistas, sendo obrigado a fazê-lo num anexo, após a grande repercussão que o episódio alcançou não só na Espanha, mas no mundo inteiro.

O VAR criminosamente mostrou a mão de Vini Júnior no rosto de um jogador da outra equipe, mas não mostrou que este jogador, por alguns segundos, aplicou um mata-leão no brasileiro. Teve forte



repercussão, a entrevista dada pelo técnico Carlo Ancelotti do Real Madrid na defesa de seu jogador, mas não vimos da instituição Real Madrid, o clube mais poderoso do planeta, o respaldo ao seu atleta.

O Real Madrid deveria se retirar de campo até porque esta medida é prevista na legislação

espanhola, segundo Antumi Toasijé, presidente do Conselho para Eliminação da Discriminação Racial ou Étnica (CEDRE), integrado ao Ministério da Igualdade espanhol. Porém, esta atitude nunca foi tomada, pois não existe vontade política para tal.

O presidente de La Liga, Javier Tebas, apoiador do partido

de extrema-direita Vox, polemizou com Vinicius Júnior nas redes sociais, relativizando o episódio e com insinuações de que ele estaria sendo manipulado. Este foi o décimo jogo em que Vinny Júnior foi atacado. Chegaram inclusive a pendurar um boneco seu enforcado em uma ponte de Madrid, capital da Espanha.

Mas, se hoje a vítima é o Vini Júnior, os ataques racistas já existiam no Real Madrid e na Espanha há muito tempo. Também, Roberto Carlos, outro brasileiro negro a vestir a camisa do Real Madrid, sofreu ataques racistas durante o período que lá jogou. Portanto, o racismo no futebol espanhol não é de hoje, e lamentavelmente não é só lá que existe racismo. Aqui mesmo no nosso país já foram denunciados vários casos de racismo ocorridos no atual Campeonato Brasileiro.

VÍNCULO HISTÓRICO

O racismo e o capitalismo

A origem do racismo está no tráfico de descendentes africanos que foram escravizados por potências imperialistas europeias e foram determinantes na acumulação primitiva do sistema capitalista e que eram tratados como seres inferiores, não humanos. É inclusive a esta desumanidade que Vini Jr. se referiu no seu primeiro twitter após o jogo em Valência: “No es futebol, es inhumano”.

Podemos percorrer país a país do continente europeu e vamos ver o protagonismo de jogadores negros de origem africana e muitos brasileiros. Em geral, esses jogadores fazem parte dos principais ativos de seus clubes, só jogam no continente europeu por conta do seu comprovado talento.

Esse episódio mostra mais uma grande contradição do sistema capitalista que explora os jogadores negros como seus principais ativos visando o aumento de seus lucros, mas não consegue proteger esses mesmos jogadores que são seres humanos dotados de direitos como todo e qualquer ser humano. Isso não acontece porque o capitalismo precisa da opressão para aumentar a exploração.

Somente numa sociedade socialista os jogadores, que são os responsáveis pelo êxito desta grande e lucrativa indústria do futebol, poderão ser tratados como seres humanos e não apenas meras mercadorias. A luta contra o racismo é a luta de todos os explorados e oprimidos. Repetimos aqui as palavras de Vini Jr. “Racismo é crime. Não punir é ser cúmplice”.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3WX3JHA](https://bit.ly/3WX3JHA)

LUTA ANTIRRACISTA

O racismo e o futebol

A grande repercussão da perseguição ao Vini Júnior se deve ao fato de ser contra o Vini Júnior, que além de ser hoje um dos melhores jogadores de futebol do planeta, é preto retinto, irreverente, pratica um futebol alegre, e mais que tudo, não abaixa a cabeça, que é o que mais incomoda aos racistas, o preto que luta, o preto que denuncia o crime que sofre.

Todos nós estamos acostumados a reação de brancos opressores que tratam de “mimimi” toda vez que um negro se rebela contra o racismo. Vini Jr. tem uma grande força emocional e intelectual, que permite que ele enfrente seus algozes.

Depois da repercussão, já tivemos na Espanha as prisões de alguns envolvidos em casos anteriores de racismo, cujas investigações estavam paradas, e uma in-

dignação generalizada no mundo inteiro, que atingiu a La Liga, seus patrocinadores, o governo e o próprio povo espanhol, que passaram a sofrer duras críticas.

UMA BATALHA DE TODA CLASSE TRABALHADORA

Mas esta não é uma batalha do Vini Júnior, esta é uma batalha de toda classe trabalhadora no mundo inteiro contra uma das formas mais odientas de opressão que é o racismo. Saudamos as iniciativas que estão sendo tomadas no sentido de realizar atos de solidariedade ao Vini Jr., mas achamos que isso tem que ir muito além.

JOGADORES PRECISAM SE MANIFESTAR NO BRASILEIRÃO

Seria muito importante que os jogadores brasileiros na próxima rodada do Brasileirão fizessem uma manifestação conjunta em todos

os jogos de solidariedade ao Vini Jr. e contra o racismo. Na Espanha, os jogadores do Real Madrid têm que exigir da instituição o cumprimento da legislação e toda

vez que acontecer um caso de racismo o time se retirar de campo. Tem de se lutar, também, para que haja perda de pontos do time a que pertence a torcida agressora.

